

Relatório de Conjuntura Política Fiscal

Setembro/2021



## Sumário

1	Estatísticas Fiscais: Análise acima da linha	3
2	Estatísticas Fiscais: Análise abaixo da linha	4



## 1 Estatísticas Fiscais: Análise acima da linha

Passado o pior momento da pandemia, que exigiu uma série de gastos extraordinários e não previstos no orçamento fiscal, as contas públicas começaram a se ajustar em 2021.

Em setembro, o resultado primário do Governo Central<sup>1</sup>, calculado à partir da diferença entre receitas e despesas, gerou um superávit de R\$ 302 milhões a preços correntes. Este resultado registra um aumento significativo em comparação ao mesmo período do ano passado, no qual o Governo Central obteve déficit de R\$ 76,1 bilhões.

O quadro explica-se principalmente pela elevação das receitas (aumento de 20 %), em especial o aumento de 34% nas receitas administradas pela Receita Federal. Ao passo que houve redução de 30% nas despesas, motivado principalmente pela queda nos gastos necessários para reduzir o impacto da pandemia no país. Em comparação com setembro do ano passado, as despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 reduziram-se cerca de 82%.

Além disso, em relação ao acumulado de janeiro a setembro, o Governo Central obteve déficit de R\$ 82,4 bilhões. Em termos reais, este resultado destaca uma redução no déficit em aproximadamente de 88%, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 1: Resultado do Governo Central

	SETEMBRO		ACUMULADO DO ANO	
Discriminação	2020	2021	2020	2021
Receital Total (1)	121.996	151.804	1.012.942	1.370.199
Transf. por Repartição de Receita (2)	15.374	23.395	187.039	252.267
Receita Líquida (1 - 2)	106.621	128.409	825.903	1.117.932
Despesa Total (3)	182.766	127.850	1.503.350	1.199.531
Resultado Primário Governo Central (3 - 4)	-76.144	559	-677.446	-81.599

Fonte: Tesouro Nacional

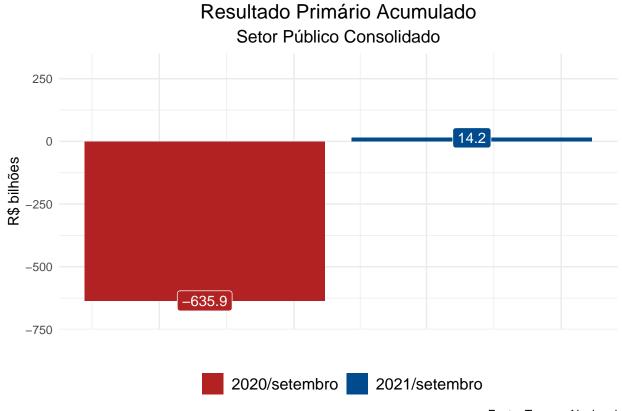
<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>O Governo Central é composto por Banco Central, Tesouro Nacional e Previdência Socal.



## 2 Estatísticas Fiscais: Análise abaixo da linha

Para a análise do resultado primário do setor público consolidado – composto pelo Governo Federal, estados, municípios e empresas estatais, exceto Petrobrás e Eletrobrás – é utilizado o conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). A NFSP refere-se a variação do saldo da dívida pública, portanto, variações positivas significam déficit, enquanto variações negativas correspondem a superávit.

Em setembro, o setor público consolidado obteve superávit primário de R\$ 12,9 bilhões, resultado positivo em comparação ao déficit de R\$ 64,5 bilhões registrado em setembro do ano passado. No acumulado do ano, o superávit primário foi de R\$ 14,1 bilhões, em relação ao ano passado, houve melhora no resultado fiscal, visto que o período fechou com déficit de R\$ 635 bilhões (11% do PIB).



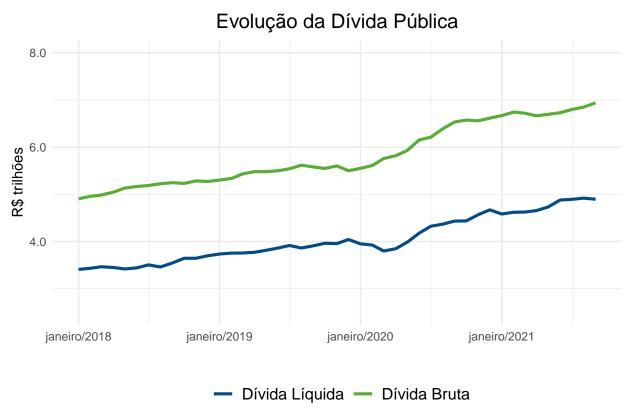
Fonte: Tesouro Nacional

A dívida líquida do setor público (DLSP), que inclui os passivos do governo exceto o



pagamento de juros, fechou o mês de setembro no patamar de R\$ 4,8 trilhões, cerca de 58,5% do PIB. Redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao mês anterior e aumento de 10,4% comparado a setembro de 2020.

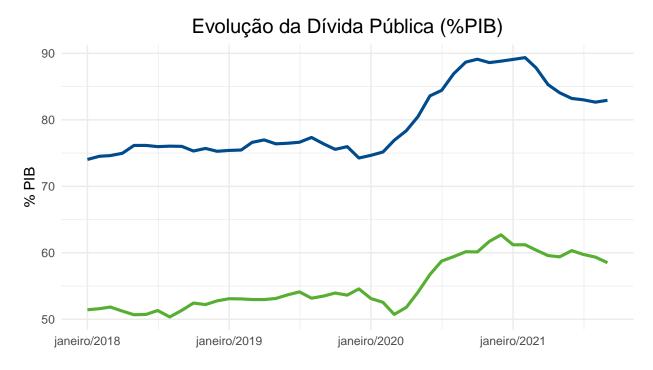
No que se refere a dívida bruta do governo geral (DBGG), verifica-se uma trajetória ascendente em relação ao PIB desde 2015. É importante salientar que a relação dívida/PIB é um dos principais indicares fiscais quanto a sustentabilidade da dívida. Em setembro deste ano, o saldo da DBGG foi de R\$ 6,9 trilhões, o que corresponde a 83% do PIB, aumento de 0,3 pontos percentuais comparado a agosto deste ano.



Fonte: Banco Central

Por fim, os principais indicadores que explicam a relação dívida/PIB são os juros nominais, inflação, resultado primário e crescimento econômico. Nesse sentido, a alta da taxa Selic para conter a expectativa de alta da inflação pode explicar o crescimento da relação dívida/PIB. Por outro lado, o ajuste nas contas públicas provocado pela redução das despesas em 2021 é um fator importante para conter este avanço.





Dívida Bruta/PIB
Dívida Líquida/PIB

Fonte: Banco Central